

SUMÁRIO

I. DIREITOS DA PERSONALIDADE: NOÇÕES GENÉRICAS	25
1. Fundamentação histórica dos direitos da personalidade	26
1.1 Idéia de pessoa na Antiguidade	27
1.1.1 A noção de pessoa na Grécia Antiga	27
1.1.2 O direito romano	28
1.2 Direitos da personalidade na Era Medieval	29
1.2.1 Influência do Cristianismo	29
1.2.2 Carta Magna de 1215: sua importância	30
1.3 Delimitação dos direitos da personalidade na Idade Moderna	30
1.3.1 O Renascimento	30
1.3.2 O <i>Bill of Rights</i> de 1688	31
1.3.3 A Declaração de Virgínia de 1776	32
1.3.4 A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789	32
1.3.5 A Escola Histórica e o Positivismo Jurídico do século XIX	33
1.3.6 As codificações	34
1.4 A Época Contemporânea	34
1.4.1 A Segunda Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos	34
1.5 Direitos da personalidade no Brasil	36
1.5.1 Evolução dos direitos da personalidade no direito brasileiro	36
1.5.2 Direitos da personalidade no novo Código Civil	38



2. Conceituação	40
3. Natureza jurídica	42
4. Classificação	43
5. Características	47
II. A CLONAGEM HUMANA	49
1. Definição	49
2. Espécies	51
2.1 Terapêutica	51
2.1.1 Uso de células-tronco	51
2.1.2 Pesquisa com embriões	53
2.2 Reprodutiva	53
3. Técnicas de clonagem	54
3.1 Fissão gemelar	54
3.2 Transferência de núcleo	55
4. Material utilizado	56
4.1 DNA do embrião	56
4.2 DNA adulto	56
5. Antecedentes históricos	56
6. O estágio atual da ciência no campo da clonagem humana	58
7. As promessas para o futuro	60
III. CLONAGEM HUMANA E O DIREITO POSITIVO	63
1. Direito nacional e clonagem humana	63
1.1 Código Civil de 1916	63
1.2 Constituição Federal de 1988	64
1.3 Lei 8.974/95 e as divergências doutrinárias quanto à permissividade da clonagem no Brasil	68
1.4 Lei 9.279/96	69
1.5 A Resolução 196/96 do CNS	71

1.6 Instruções Normativas 8 e 9 da CTNBio de 1997	71
1.7 Código Civil de 2002	72
1.8 Nova Lei de Biossegurança e a regulamentação específica da clonagem humana	74
1.9 Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional	85
2. Clonagem de seres humanos no direito supranacional	86
2.1 Código de Nuremberg	86
2.2 Declaração de Helsinki	86
2.3 Relatório Belmont	87
2.4 Relatório (Informe) Warnock de 1984	88
2.5 Declaração de Valência	88
2.6 Declaração de Bilbao de 1993	88
2.7 Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos da UNESCO	89
2.8 Declaração Bioética de Gijón de 2000	91
2.9 O Conselho da Europa e o Convênio sobre Direitos Humanos e Biomedicina	91
IV. DIREITOS DA PERSONALIDADE E CLONAGEM HUMANA	93
1. Argumentos favoráveis à efetivação da clonagem	93
1.1 Os potenciais benefícios da clonagem terapêutica	93
1.2 Razões justificadoras da criação do clone humano	100
1.2.1 Reducionismo científico e determinismo humano	101
1.2.2 Utilização da clonagem como técnica de reprodução assistida – o conteúdo e o alcance do direito à reprodução	105
1.2.3 A utilização de clones como repositório de órgãos	115
1.2.4 O utilitarismo como fundamento filosófico para a legiti- mação da clonagem humana	117
2. Argumentos contrários à efetivação da clonagem e a proteção aos direitos da personalidade	120
2.1 Direito à vida dos embriões	120
2.1.1 As teorias sobre o início da personalidade jurídica humana	122
2.1.2 A problemática questão da pesquisa com embriões exce- dentes	132

2.1.3	Progresso científico <i>versus</i> proteção ao embrião	140
2.1.4	A falta de segurança das técnicas científicas	144
2.2	Direito à integridade psicofísica	144
2.3	O direito à família	150
2.3.1	O estabelecimento das relações de filiação do clone humano	157
2.3.2	Propostas para o estabelecimento da filiação do clone humano	159
2.3.3	A denominação do clone no registro de nascimento	165
2.3.4	Os direitos sucessórios do clone	167
2.4	Direito à identidade pessoal	168
2.4.1	Direito ao conhecimento das origens genéticas	175
2.5	Direito ao patrimônio genético não modificado	185
2.5.1	Direito de ser único e irrepetível	187
2.5.2	A intangibilidade do patrimônio genético humano e a proteção dos direitos das futuras gerações	189
2.5.3	A clonagem associada à manipulação genética	191
2.6	Direito à igualdade	196
2.6.1	A problemática da eugenia e do racismo	198
2.6.2	A clonagem reprodutiva e a discriminação genética	202
2.6.3	A utilização das inovações tecnológicas pelos detentores do capital	204
2.7	Direito à imagem	205
2.8	Direito à liberdade	211

V. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS PARA A PROIBIÇÃO DA CLONAGEM HUMANA

1.	A questão ética na sociedade pós-moderna e a objeção à realização da clonagem humana	217
2.	A bioética e seus fundamentos	223
3.	Jürgen Habermas: três réplicas	228

VI. A TUTELA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NO CAMPO DA CLONAGEM HUMANA

1.	Tutela civil	234
----	--------------------	-----

1.1 A responsabilidade civil	235
1.1.1 Danos morais e materiais e direitos da personalidade	235
1.1.2 Responsáveis pela reparação do dano	239
2. Tutela penal	243
 VII. CONCLUSÃO	 247
 BIBLIOGRAFIA	 255